



PROGRAMA DETALHADO da Certificação Profissional ANBIMA Série 10 (CPA-10)

Controle: D.02.08

Data da Elaboração: 10/11/2009

Data da Revisão 13: 12/01/2022

Vigência a partir de: 11/07/2022

Elaborado por: Certificação ANBIMA

Aprovado por: Comitê de Certificação
e/ou Gerência de Certificação



Programa Detalhado da Certificação profissional ANBIMA

Série 10 (CPA 10)

- Versão 6.5 -

OBJETIVOS DA CPA-10

A CPA-10 é uma parte importante do Programa de Certificação Continuada da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), um esforço empreendido pela entidade e pelos participantes do mercado para elevar o nível de conhecimento dos profissionais e de qualidade do mercado de investimento.

O principal objetivo da CPA-10 é a contínua elevação da capacitação técnica dos profissionais que atuam em agências bancárias e cooperativas de crédito, em contato com o público, no processo de prospecção e venda de produtos de investimento. Essa iniciativa, amparada nas Resoluções 3.158 e 3.309 do Conselho Monetário Nacional, instituiu um processo de aferição do conhecimento dos principais aspectos relacionados à distribuição de produtos de investimento.

No exame da CPA-10 o candidato deve demonstrar conhecimento sobre as principais características dos produtos de investimento que são ofertados nas agências bancárias, bem como entender os padrões éticos de comportamento que devem ser adotados no relacionamento com os investidores, de tal forma que os produtos oferecidos satisfaçam aos objetivos e necessidades dos clientes atendidos.

A ANBIMA acredita que esse esforço de modernização dos mercados financeiros e de capitais e a melhoria no atendimento ao investidor - com a disponibilização, pelos profissionais, de informações de melhor qualidade sobre os produtos de investimento, em especial, sobre os principais fatores de

risco envolvidos - resultará em estímulos à concorrência leal, à padronização de procedimentos e à adoção das melhores práticas em prol do crescimento dos mercados.

O resultado desse esforço refletirá o estímulo ao crescimento da poupança financeira no país, uma das maneiras de favorecer o crescimento sustentado da economia brasileira.

O CONTEÚDO DO PROGRAMA DETALHADO

O programa apresentado a seguir coloca em linhas gerais o conteúdo que estará presente no exame da CPA-10. Ele é composto de sete grandes temas: Sistema Financeiro Nacional; Ética, Regulamentação e Análise do Perfil do Investidor; Noções de Economia e Finanças; Princípios de Investimento; Fundos de Investimento; Instrumentos de Renda Variável e Renda Fixa; e Previdência Complementar Aberta: PGBL e VGBL.

O Programa Detalhado é resultado do trabalho conjunto da ANBIMA com as principais instituições do mercado financeiro que acreditam que seus respectivos desdobramentos em tópicos, itens e subitens detalham os assuntos, cujo conhecimento pelos profissionais envolvidos na distribuição de produtos de investimento nas agências bancárias é considerado essencial.

A ANBIMA, ao mesmo tempo, assume o compromisso de manter esse Programa Detalhado sempre alinhado às legislações e revisá-lo, periodicamente, com a finalidade de incluir novos assuntos, tão logo o dinamismo e a evolução do mercado de capitais venham torná-los relevantes e essenciais.

A legislação vigente relacionada à distribuição de produtos de investimento, ainda que não explicitada em todos os temas, encontra-se presente, por meio dos conceitos e regras aplicáveis a todos os temas e tópicos abordados.

Além disso, é considerado mais importante para o profissional possuir o domínio dos conceitos envolvidos nas questões do seu dia a dia, do que a utilização de cálculos matemáticos. Dessa forma, não haverá necessidade do uso de calculadora para a realização do exame da CPA-10.

A ANBIMA espera que os participantes desta etapa do Programa de Certificação Continuada partilhem do mesmo entusiasmo sentido por todos os profissionais que participaram da construção desse processo.

PROGRAMA DETALHADO CPA-10

- Versão 6.5 –

A legislação aplicável ao conteúdo do exame é aquela que se encontra vigente e eficaz em até 06 (seis) meses antes do exame.

1. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E PARTICIPANTES DO MERCADO (PROPORÇÃO: DE 5 A 10%)

1.1 Funções Básicas

1.1.1 Função dos intermediários financeiros e definição de intermediação financeira

1.2 Estrutura

1.2.1 Órgãos de Regulação, Autorregulação e Fiscalização:

1.2.1.1 Conselho Monetário Nacional – CMN: Principais atribuições: regular a constituição e regulamentos das Instituições Financeiras; estabelecer medidas de prevenção ou correção de desequilíbrios econômicos; disciplinar todos os tipos de crédito.

1.2.1.2 Banco Central do Brasil – Bacen: Principais atribuições: autorizar o funcionamento e fiscalizar as Instituições Financeiras; emitir moeda; controlar crédito e capitais estrangeiros; executar a política monetária e cambial. Autonomia do BACEN: vantagens e consequências.

1.2.1.3 Comissão de Valores Mobiliários – CVM: Principais atribuições: promover medidas incentivadoras da canalização de poupança ao mercado de capitais; estimular o funcionamento das bolsas de valores e das instituições operadoras do mercado de capitais; proteger os investidores do mercado de capitais.

1.2.1.4 SUSEP: Principais atribuições; controle e fiscalização dos mercados de seguro e previdência complementar aberta; fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras e Entidades de Previdência Privada Aberta; proteger os investidores desses mercados.

1.2.1.5 ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

1.2.1.5.1 O papel da ANBIMA e atividades desenvolvidas: representação, autorregulação, informação e educação. A autorregulação; mecanismos de supervisão e atividades autorreguladas.

1.2.1.5.1.1 Código de Certificação

1.2.1.5.1.2 Código para Distribuição de Produtos de Investimento

1.2.2 Principais Intermediários Financeiros: conceito e atribuições

1.2.2.1 Bancos Múltiplos

1.2.2.2 Bancos Comerciais

1.2.2.3 Bancos de Investimento

1.2.3 Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros: conceito e atribuições

1.2.3.1 B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão.

1.2.3.2 Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários: principais funções

1.2.3.3 Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários: principais funções

1.2.4 Sistemas e Câmaras de Liquidação e Custódia (*Clearing*): atribuições e benefícios para o investidor

1.2.4.1 Sistema especial de liquidação e de custódia – Selic: principais títulos custodiados no Selic (LFT; LTN; NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F)

1.2.4.2 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (Câmara B3): Conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor.

1.2.4.3 Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB. Conceito.

2. ÉTICA, REGULAMENTAÇÃO E ANÁLISE DO PERFIL DO INVESTIDOR (PROPORÇÃO: DE 15 A 20%)

2.1 Código para Distribuição de Produtos de Investimento

2.1.1 Definições (Cap. I)

2.1.2 Objetivo e Abrangência (Cap. II)

2.1.3 Princípios Gerais de Conduta (Cap. IV)

2.1.4 Regras e Procedimentos (Cap. V)

2.1.4.1 Segurança e Sigilo das Informações (Seção II)

2.1.4.2 Gestão de Riscos (Seção IV)

2.1.5 Publicidade (Cap. VIII)

2.1.5.1 Regras Gerais (Seção I)

2.1.5.2 Material Publicitário (Seção II)

2.1.5.3 Material Técnico (Seção III)

2.1.5.4 Avisos Obrigatórios (Seção VI)

2.1.6 Atividade de Distribuição de Produtos de Investimento - Regras Gerais (Cap. IX)

2.1.6.1 Divulgação de informações por meios eletrônicos (Seção I)

2.1.6.2 Remuneração do Distribuidor (Seção II)

2.1.6.3 Conheça seu cliente (Seção III)

2.1.6.4 Suitability (Seção IV): Regras Gerais (Subseção I) e Classificação de Produtos de Investimento (Subseção II)

2.1.7 Selo ANBIMA (Cap. XIII)

2.1.8 Distribuição de Fundos de Investimento (Anexo I)

2.1.8.1 Distribuição (Capítulo I)

2.1.8.2 Distribuição por conta e ordem (Capítulo II)

2.2 Prevenção Contra a Lavagem de Dinheiro

2.2.1 Conceito de lavagem de dinheiro.

2.2.1.1 Legislação e regulamentação aplicável – crime e infração administrativa

2.2.1.2 Responsabilidades administrativa e legal. Entidades e pessoas físicas sujeitas à lei e a regulamentação

2.2.2 Modelo de abordagem baseada em risco

2.2.2.1 Avaliação Interna de Risco

2.2.2.2 Política direcionada às características e riscos relevantes da instituição

2.2.2.3 Controle de efetividade das políticas e procedimentos

2.2.3 Princípio do “conheça seu cliente”

2.2.3.1 Função do cadastro e implicações de um cadastro desatualizado e análise da capacidade financeira do cliente

2.2.3.2. O princípio “conheça seu cliente” como forma de proteção da instituição financeira e do profissional

2.2.4 Registro de operações

2.2.5 Operações suspeitas

2.2.5.1 Caracterização

2.2.5.2 Obrigatoriedade de comunicação e controle – instituições, empresas e autoridades competentes

2.2.6 Indisponibilidade de bens, direitos e valores em decorrência de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas

2.2.7 Princípio do “conheça seu parceiro”

2.3 Ética na Venda

2.3.1 Venda casada: conceito

2.3.2 Restrições do investidor: idade, horizonte de investimento, conhecimento do produto e tolerância ao risco

2.4 Análise do Perfil do Investidor

2.4.1 Resolução CVM nº 30 – dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente (*suitability*). Finalidade e para quem se aplica a regra.

2.4.1.1 Abrangência; perfil do cliente; categorias de produtos; vedações e obrigações; regras, procedimentos e controles internos; atualizações e dispensas.

2.4.2 Adequação de produtos em função do perfil do investidor. Importância e motivação do API para o investidor. Possibilidade de venda de um produto não adequado ao perfil do investidor.

2.5 Conceitos de ASG (Ambiental, Social e Governança)

2.5.1 Aspectos Ambientais

2.5.2 Aspectos Sociais

2.5.3 Aspectos de Governança Corporativa

2.5.4 Conceitos de Investimentos ASG

3. NOÇÕES DE ECONOMIA E FINANÇAS (PROPORÇÃO: DE 5 A 10%)

3.1 Conceitos Básicos de Economia

3.1.1 Indicadores econômicos: PIB, índices de inflação (IPCA e IGP-M), taxa de câmbio, taxa SELIC (over e meta), taxa DI e TR: definição

3.1.2 COPOM: finalidade e atribuições

3.2 Conceitos Básicos de Finanças

3.2.1 Taxa de juros nominal e taxa de juros real

3.2.2 Taxa de juros equivalentes versus taxa de juros proporcional

3.2.3 Capitalização Simples versus Capitalização Composta

3.2.4 Índice de referência (benchmark) aplicado a produtos de investimento: conceito e finalidade

3.2.5 Volatilidade. Conceito

3.2.6 Prazo médio ponderado de uma carteira de títulos: conceito e riscos associados

3.2.7 Marcação a Mercado como valor presente de um fluxo de pagamentos (Precificação e volatilidade: impactos de prazos e taxas)

3.2.8 Mercado Primário e Mercado Secundário: conceito, finalidade e relevância para o investidor e para a empresa emissora.

4. PRINCÍPIOS DE INVESTIMENTO (PROPORÇÃO: DE 10 A 20%)

4.1 Principais Fatores de Análise de Investimentos

4.1.1 Rentabilidade

4.1.1.1 Rentabilidade absoluta versus rentabilidade relativa (*benchmark*)

4.1.1.2 Rentabilidade bruta versus rentabilidade líquida

4.1.2 Liquidez

4.1.3 Risco

4.2 Principais Riscos do Investidor

4.2.1 Risco de Mercado

4.2.1.1 Riscos de mercado externo: conceito (oscilações na taxa de câmbio, mudanças no cenário macroeconômico mundial, riscos geopolíticos específicos de cada país investido, questões legais, regulatórias e tributárias específicas de um país)

4.2.2 Risco de Crédito

4.2.3 Risco de Liquidez

4.2.4 Riscos ASG (Ambiental, Social e Governança)

4.3 Fatores Determinantes para Adequação dos Produtos de Investimento as Necessidades dos Investidores

4.3.1 Objetivo do investidor

4.3.2 Horizonte de investimento

4.3.3 Risco versus retorno. Capacidade de assumir riscos e tolerância ao risco.

4.3.4 Diversificação: vantagens e limites de redução do risco incorrido

4.3.4.1 Risco sistemático e não sistemático

4.3.5 Finanças Pessoais

4.3.5.1 Conceitos de orçamento pessoal e familiar (receitas e despesas), fluxo de caixa e situação financeira

4.3.5.2 Patrimônio Líquido (ativos e passivos). Índices de endividamento.

4.3.6 Grau de conhecimento do mercado financeiro – experiência em matéria de investimento

5. FUNDOS DE INVESTIMENTO (PROPORÇÃO: DE 20 A 30%)

5.1 Definições Legais

5.1.1 Fundos de Investimento (FI) e Fundos de Investimento em Cotas (FIC): definições

5.1.2 Condomínio. Fundos Abertos e Fundos Fechados

5.1.3 Constituição e registro na CVM

5.1.4 Comunicação com o cotista

5.1.5 Cota. Valor da cota e transferência de titularidade

5.1.6 Propriedade dos ativos de Fundos de Investimentos – excluindo fundos imobiliários

5.1.7 Segregação entre gestão de recursos próprios e de terceiros: Barreira de Informação

5.1.8 Assembleia Geral de Cotistas (competências e deliberações). Convocação.

5.1.9 Direitos e obrigações dos condôminos

5.1.10 Divulgação de informações e de resultados

5.1.10.1 Informações periódicas

5.1.10.2 Atos ou Fatos Relevantes

5.1.11 Administração

5.1.11.1 Vedações e obrigações do Administrador e do Gestor

5.1.11.2 Normas de Conduta

5.2 Dinâmica de Aplicação e Resgate

5.2.1 Aplicação de recursos e compra de ativos por parte dos gestores. Cota do dia (D+0) e cota do dia seguinte ao da data de aplicação (D+1)

5.2.2 Resgate de recursos e venda de ativos por parte dos gestores

5.2.3 Prazo de cotização: conceito (prazo de conversão de cotas na aplicação e no resgate)

5.2.4 Prazo de liquidação financeira (pagamento do resgate): conceito e limite

5.2.5 Prazo de carência para resgate

5.2.6 Fechamento dos fundos para resgates e aplicações

5.3 Diferenciais do Produto para o Investidor

5.3.1 Acessibilidade ao mercado financeiro

5.3.2 Diversificação

5.3.2.1 Riscos dos ativos individuais versus riscos da carteira

5.3.2.2 Limites de alocação por emissor e por tipo de ativo. Riscos para o investidor

5.3.3 Liquidez

5.4 Política de Investimento

5.4.1 Objetivo

5.4.2 Fundos com gestão ativa e passiva: definição

5.4.3 Dificuldades de replicação dos índices de referência (benchmarks) e suas principais causas: custos, impostos, dinâmica de cálculo da rentabilidade do fundo e regras de contabilização a mercado

5.4.4 Instrumentos de divulgação das políticas de investimento e rentabilidade: regulamento, lâmina de informações essenciais, demonstração de desempenho e termo de adesão. Diferença no uso dos documentos e acesso ao público investidor.

5.5 Carteira de Investimentos

5.5.1 Principais mercados (juros pré-fixados e pós-fixados, câmbio, inflação, ações; seus derivativos)

5.5.1.1 Marcação a Mercado (apreçamento dos títulos das carteiras). Conceito, finalidade e relevância para investidor

5.5.2 Alavancagem: conceito, vantagens e desvantagens. Risco para o investidor

5.5.3 Impacto de variações nas taxas de juros, câmbio e inflação sobre os tipos de fundos: consequências

5.6 Taxas de Administração e Outras

5.6.1 Taxa de administração, taxa de performance, taxa de ingresso e taxa de saída: conceitos e formas de cobrança. Fundos que podem cobrar taxa de performance. Impactos na rentabilidade para o investidor

5.7 Classificação CVM:

5.7.1 Renda Fixa, Ações, Multimercado e Cambial:

5.7.1.1 Ativos elegíveis e composição do patrimônio

5.7.1.2 Fatores de risco inerentes a cada classe

5.7.1.3 Características das subclassificações: Curto Prazo, Referenciado, Simples, Dívida Externa, Crédito Privado e Ações – Mercado de Acesso

5.8 Tributação

5.8.1 IOF

5.8.2 Imposto de Renda (IR): fato gerador, alíquotas (conforme tipo de fundo – curto prazo, longo prazo e ações, segundo a Secretaria da Receita Federal e tempo de permanência da aplicação), bases de cálculo e responsabilidade de recolhimento

5.8.3 Imposto de Renda (IR) – “come-cotas”: fato gerador, alíquotas (conforme tipo de fundo – curto prazo e longo prazo), datas de incidência e responsabilidade de recolhimento

5.8.4 Compensação de perdas no pagamento de IR

5.9 Código para Administração de Recursos de Terceiros

5.9.1 Definições (Cap. I)

5.9.2 Objetivo e Abrangência (Cap. II)

5.9.3 Princípios Gerais de Conduta (Cap. IV)

5.9.4 Regras e Procedimentos (Cap. V)

5.9.4.1 Segregação de Atividades (Seção II)

5.9.4.2 Segurança e Sigilo das Informações (Seção III)

5.9.5 Administração Fiduciária (Cap. VII)

5.9.5.1 Obrigações gerais do administrador fiduciário (Seção I)

5.9.6 Gestão de Recursos de Terceiros (Cap. VIII)

5.9.6.1 Obrigações Gerais do Gestor de Recursos de Terceiros (Seção I)

5.9.7 Selo ANBIMA (Cap. XIII)

5.9.8 Fundos de Investimento 555 (Anexo I)

5.9.8.1 Objetivo e Abrangência (Cap. I)

5.9.8.2 Documentos e informações dos Fundos 555 (Cap. III)

5.9.8.2.1 Lâmina de Informações Essenciais (Seção I)

5.9.8.3 Publicidade dos Fundos 555 (Cap. VI)

5.9.8.3.1 Regras Gerais (Seção I)

5.9.8.3.2 Material Publicitário (Seção II)

5.9.8.3.3 Material Técnico (Seção III)

5.9.8.3.4 Histórico da Rentabilidade (Seção VI)

5.9.8.3.5 Avisos Obrigatórios (Seção VII)

5.9.9 Apreçamento dos Ativos (Cap. VII e Regras e Procedimentos do Código de Administração de Recursos de Terceiros)

5.9.10 Classificação dos Fundos (Cap. VIII e Regras e Procedimentos do Código de Administração de Recursos de Terceiros)

6. INSTRUMENTOS DE RENDA VARIÁVEL E RENDA FIXA (Proporção: de 15% a 25%)

6.1 Ações

6.1.1 Conceito

6.1.2 Tipos de ação: ordinária e preferencial - definição e direito dos acionistas

6.1.3 Canais de distribuição. Tipos e principais características. CTVM, DTVM, agências bancárias e internet (*home broker*)

6.1.4 Oferta Pública Inicial de Ações (IPO). Definição e entendimento dos conceitos: período de reserva, possibilidade de ocorrência de rateio, ordem limitada e a mercado

6.1.5 Definições: ganhos de capital; dividendos; juros sobre capital próprio; bonificação; subscrição; desdobramento (*split*) e grupamento

6.1.6 Riscos inerentes ao produto

6.1.6.1 Risco da empresa: conceito

6.1.6.2 Risco de mercado: conceito

6.1.6.3 Risco de liquidez: conceito

6.1.7 Despesas incorridas na negociação – Tipos:

6.1.7.1 Corretagem

6.1.7.2 Custódia

6.1.7.3 Emolumentos

6.1.8 Tributação:

6.1.8.1 Imposto de Renda: fato gerador, alíquotas, bases de cálculo e responsabilidade de recolhimento

6.1.9 Clube de Investimento em ações. Conceito, características

6.1.9.1 Fundos de ações versus Clube de Investimento: vantagens e desvantagens

6.2 Títulos de Crédito Imobiliário e do Agronegócio

6.2.1 Letras de Crédito Imobiliário – LCI e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA

6.2.2. Características quanto a prazo, lastro, forma de resgate, liquidez, taxas e formas de remuneração

6.2.3 Riscos inerentes ao produto:

6.2.3.1 Risco de crédito

6.2.3.1.1 O papel do FGC em caso de inadimplência do emissor

6.2.3.2 Risco de mercado

6.2.3.3 Risco de liquidez

6.2.4 Tributação:

6.2.4.1 Imposto de Renda: fato gerador, alíquotas, base de cálculo e responsabilidade de recolhimento

6.2.5 LCI versus LCA: diferenças

6.3 CDB – Certificado de Depósito Bancário

6.3.1 Definição

6.3.2 Características:

6.3.2.1 Prazos

6.3.2.2 Formas de resgate

6.3.2.3 Taxas e formas de remuneração:

6.3.2.3.1 Pré-fixada

6.3.2.3.2 Pós-fixada (TR, CDI e SELIC)

6.3.3 Riscos inerentes ao produto:

6.3.3.1 Risco de crédito

6.3.3.1.1 O papel do FGC em caso de inadimplência do emissor

6.3.3.2 Risco de mercado

6.3.3.3 Risco de liquidez

6.3.4 Tributação:

6.3.4.1 Imposto de renda: fato gerador, alíquotas, base de cálculo e responsabilidade de recolhimento

6.3.4.2 IOF

6.4 Debêntures e Debêntures Incentivadas

6.4.1 Aspectos gerais:

6.4.1.1 Definição

6.4.1.2 Tipos: conversíveis, não-conversíveis

6.4.1.3 Taxas e formas de remuneração

6.4.2 Riscos inerentes ao produto

6.4.2.1 Risco de crédito

6.4.2.2 Risco de mercado

6.4.2.3 Risco de liquidez

6.4.3 Tributação

6.4.3.1 Imposto de Renda: fato gerador, alíquotas, base de cálculo e responsabilidade de recolhimento

6.4.3.2 IOF

6.5 Títulos Públicos

6.5.1 Conceito e finalidade

6.5.2 Riscos inerentes ao produto:

6.5.2.1 Risco de crédito

6.5.2.2 Risco de mercado

6.5.2.3 Risco de liquidez

6.5.3 Principais títulos e suas características: LFT; LTN; NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F

6.5.4 Tributação:

6.5.4.1 Imposto de Renda: fato gerador, alíquotas, base de cálculo e responsabilidade de recolhimento

6.5.4.2 IOF

6.5.5 Tesouro Direto. Conceito e forma de negociação. Custos para o investidor. Nomenclatura dos títulos negociados e adequação dos produtos em função do nível de conhecimento do investidor e objetivo

6.6 Caderneta de Poupança

6.6.1 Conceito e finalidade

6.6.2 Riscos inerentes ao produto:

6.6.3 Rentabilidade

6.6.4 Tributação

6.7 Operações Compromissadas

6.7.1 Conceito e finalidade

6.7.2 Características quanto a prazo, lastro, forma de resgate, liquidez e formas de remuneração

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA: PGBL e VGBL (Proporção: de 5% a 10%)

7.1 Previdência Social x Previdência Privada: Avaliação da Necessidade do Cliente

7.2 Características Técnicas que influenciam o produto

7.2.1 Taxas de Administração

7.2.2 Taxas de Carregamento

7.2.3 Portabilidade

7.2.4 Transferências entre planos

7.2.5 Resgates

7.2.6 Regimes de tributação (compensável ou definitivo) e as tabelas de imposto de renda progressivas e regressivas. Base de cálculo na incidência do imposto

7.3 Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e suas Características. Identificar produto mais adequado em função da situação tributária do investidor, idade de início de contribuição, idade de aposentadoria; valor das contribuições e o valor do benefício

7.4 Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e suas Características. Identificar produto mais adequado em função da situação tributária do investidor, idade de início de contribuição, idade de aposentadoria; valor das contribuições e o valor do benefício